



ANÁLISE DAS ATIVIDADES ECOTURÍSTICAS NA REGIÃO DE ALDEIA/PE

Taciana MENDES TABOSA (1); Ronaldo FAUSTINO DA SILVA (2)

(1) Faculdade de Filosofia do Recife- FAFIRE, Bacharel em Turismo pela Faculdade Integrada do Recife- FIR. Especializanda em Gestão Ambiental pela FAFIRE, Rua Córdoba, 96 Apt 01, Jardim Atlântico – Olinda, telefone: 81.34325421 fax: 81.32269616, e-mail: mendes_taciana@hotmail.com

(2) CEFET-PE, Engenheiro Agrônomo pela UFRPE. Mestre em Gestão e Políticas Ambientais pela UFPE. Doutor em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela UFPE. Professor da área de Saneamento Ambiental do CEFET-PE e-mail: ronaldofaus@gmail.com

RESUMO

A Região de Aldeia possui zonas especiais remanescentes de Mata Atlântica que fazem parte de Zonas de Proteção Ambiental. Estas áreas são propícias para várias modalidades do ecoturismo, principalmente para as trilhas ecológicas. Este trabalho teve como objetivo analisar as atividades ecoturísticas da região por meio de entrevistas semi-estruturadas direcionadas aos agentes espaciais que atuam na região. Com estes dados, foi possível concluir que o ecoturismo na área está sendo realizado de forma ainda desorganizada e não sustentável e foram propostas algumas recomendações de forma a incentivar e colaborar com a organização do ecoturismo sustentável na região.

Palavras-chave: Região de Aldeia, atividades ecoturísticas, proteção ambiental, desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A Região de Aldeia está localizada no Município de Camaragibe, em Pernambuco, limitando-se ao norte com Paudalho, ao sul com as Regiões Políticas Administrativas - RPA de Camaragibe, a leste com o Recife e a oeste com São Lourenço da Mata.

Na Região de Aldeia, encontram-se áreas remanescentes de Mata Atlântica, propícias para várias modalidades do ecoturismo, principalmente para as trilhas ecológicas. Vale ressaltar que, de acordo com órgão Municipal, grande parte desta área situa-se na Zona Especial de Preservação Ecológica - ZEPE¹, que se destina à preservação da fauna e flora e à manutenção do equilíbrio ecológico, ficando proibidos os demais usos e coletas. Esta Zona Especial localiza-se em Borralho, uma área cuja cobertura vegetal caracteriza-se como Mata Atlântica. Encontra-se ainda uma Zona Especial de Interesse Social – ZEIS², que auxilia a Prefeitura a reconhecer a diversidade de ocupações existentes nas cidades, denominada de ZEIS Vera Cruz, localizada em Vera Cruz. Para a realização das atividades ecoturísticas de forma sustentável é de fundamental importância que os princípios do ecoturismo sejam seguidos pelas pessoas que utilizam destas áreas para atividades diversas, conduzindo-as a manterem os ambientes naturais conservados e fortalecer as comunidades locais, objetivando a sustentabilidade e conservação de ambos. Rodrigues (2003) revela os seguintes princípios básicos do ecoturismo: viagens responsáveis para áreas de significativo valor natural com a finalidade de apreciar, desfrutar e fundamentalmente entender tanto os problemas ambientais no sentido físico, quanto os valores culturais que encerram; apoio à conservação ambiental, com: o uso dito sustentável dos recursos; a participação das populações locais para obtenção do máximo de benefícios econômicos do turismo, usando os recursos de maneira racional; máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais que esta atividade possa gerar; e a educação ambiental, visando à formação e ao aprofundamento da consciência ecológica e respeito aos valores, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas. O ecoturismo, de acordo com Fennell (2002), pode ser caracterizado também como sendo um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais. Isto devido à mudança do modo como a natureza é vista pela sociedade. Para se alcançar um equilíbrio entre ser humano e natureza, é preciso verificar a sustentabilidade, a conservação e o fortalecimento da comunidade receptora de atuação do ecoturismo. Wearing e Neil (2001) afirmam que a partir do entendimento da natureza do público-alvo, os operadores de ecoturismo podem alterar a combinação de atividades de marketing segundo as necessidades do consumidor ambientalmente consciente, e que o conhecimento das características que diferenciam os ecoturistas também é importante para as agências de administração dos parques conhecerem as características do ecoturista para administrar, manipular e controlar os impactos, uma vez que o ambiente sofrerá impacto de algum modo por qualquer visita.

Este trabalho teve o objetivo de analisar os impactos positivos e negativos provocados pelas atividades ecoturísticas na Região de Aldeia, com intuito de propor o turismo sustentável e ecologicamente correto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o espaço natural ser explorado de forma coerente é necessário obter informações sobre o que realmente oferecer ao turista e como gerenciar essas atividades, Boullón (2002) afirma que a deficiência desses conhecimentos pode resultar em estratégias mal elaboradas e vir a interferir negativamente no desenvolvimento das atividades. As consequências podem ser as descaracterizações, tanto do espaço do homem, visto que os seus valores podem perder-se ou serem alterados, a falta de competitividade e, o agravamento da situação das empresas do setor, como ocorreu com o turismo de massa no passado.

Lindberg e Hawkins (1995) destacam que as estratégias do desenvolvimento sustentável das localidades turísticas devem satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais das comunidades locais, fazendo-se necessário um planejamento em parceria com organizações governamentais e organizações não governamentais que propiciem iniciativas de apoio ao desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

¹ RAMOS, José Muniz. **Normas e usos do solo, uso dos serviços e preservação Ecológica**. Disponível em: <www.cprh.gov/downloads/dec8447.doc> - Acesso em 10 mar. 2006.

² RONILK, Raquel. **Zona Especial de Interesse Social**. Disponível em:

<www.federativo.bndes.gov.br/dicas/F22%20-%ZEIS.HTM> - Acesso em: 10 mar. 2006.

Analisando o fato de que o ecoturismo está se expandindo, deve-se estabelecer o seu desenvolvimento de forma coerente, buscando na sua essência os seus benefícios. Neste contexto Campos³ aborda que o desenvolvimento sustentável é um tipo de desenvolvimento que pode se buscar no ecoturismo, pois são conceitos correlatos, visto que a definição e o fim de ambos estão interligados, propiciando desde então mecanismos para o desenvolvimento das comunidades ou grupos de conservação. Esses mecanismos seriam as estratégias e planos elaborados pelos gestores, baseados na sustentabilidade e conservação da infraestrutura das localidades onde são praticadas as atividades ecoturísticas, que tem como um dos objetivos a participação das comunidades locais nesse processo, causando assim o desenvolvimento sustentável para todos os envolvidos.

Segundo Wearing e Neil (2001), a palavra “ecoturismo” é simples, com um conceito bastante complexo. Eco é prefixo da palavra ecologia derivado da palavra grega *oikos*, que significa casa ou hábitat, o nosso meio ambiente, sendo em sua máxima essência, o nosso lar, o nosso sustento. Deve, portanto, a natureza ser conservada, independentemente de qualquer utilidade ou valor para os seres humanos. A palavra turismo significa viajar para moradas que não são as nossas, mas que foram construídas especificamente para o turismo, explorando o desconhecido, o mágico, procurando satisfazer nosso desejo, experimentando culturas, natureza, panoramas sons e cheiros. Deste modo, ecoturismo é a promoção de atitudes e de comportamentos que conduzem à manutenção dos ambientais naturais e do fortalecimento de comunidades receptoras, quanto à promoção de uma indústria sustentável. Portanto, pode-se dizer que o ecoturismo apresenta três objetivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora. Com estes fatores, conclui-se que o ecoturismo está preocupado com o relacionamento entre o homem e a natureza, pretendendo tornar esse relacionamento mais equitativo.

O ecoturismo, de acordo com Fennell (2002), pode ser caracterizado também como sendo um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais. Isto devido à mudança do modo como a natureza é vista pela sociedade. Assim, entende-se que é preciso realizar várias etapas antes de obter o ecoturismo funcionando de maneira correta e como alternativa do desenvolvimento sustentável, uma vez que vários aspectos não são colocados em prática. Portanto, faz-se necessário iniciar estratégias de planejamento para poder alcançá-los.

Wearing e Neil (2001) afirmam que a partir do entendimento da natureza do público-alvo, os operadores de ecoturismo podem alterar a combinação de atividades de marketing segundo as necessidades do consumidor ambientalmente consciente, e que o conhecimento das características que diferenciam os ecoturistas também é importante para as agências de áreas e proteção e administradores, uma vez que o ambiente sofrerá impacto de algum modo por qualquer visita, as agências de administração dos parques precisam conhecer as características do ecoturista para administrar, manipular e controlar os impactos.

Corroborando com as citações, Rodrigues (2003) define hipoteticamente que os ecoturistas podem ser divididos como: um sujeito que traz experiência com a natureza, ou seja, possui uma topofilia positiva em relação a ela, sendo amante dos sons, das paisagens, dos animais, às vezes aventureiro, às vezes crítico do consumismo; um militante ambientalista que suporta as adversidades e que luta por mudanças, e alimenta sua utopia de sujeito ecológico; um alienado que gosta de estar fora do seu contexto urbano e acredita nos benefícios dessa oposição; e aquele que pode vivenciar o que o mercado ecoturístico lhe oferece para usufruto, tendo recursos financeiros e, sobretudo, precisa ter saúde para algumas práticas, tais como caminhadas, cavalgada, *bicicross* etc.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Fez-se necessária uma pesquisa prévia de caráter exploratório com um planejamento flexível que envolveu pesquisa de campo e entrevistas com pessoas através de questionários (DENCKER, 1998).

O caráter da pesquisa que se procedeu foi qualitativo descritivo, sendo utilizada a entrevista, com 3 (três) modelos de questionários contendo perguntas semi-estruturadas e coleta de dados secundários dirigidas a 3 (três) grupos, sendo eles: os representantes dos órgãos governamentais e não governamentais (grupo A), a comunidade local (grupo B) e os que praticam as atividades ecoturísticas (grupo C).

³ CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/043/43cccampos.htm> - Acesso em 21 jun. 2006.

Seguindo este pressuposto, a pesquisa foi estruturada contendo um questionário previamente formulado para coleta de dados, no qual o entrevistador estabelece um roteiro prévio de perguntas (BARROS E LEHFELD, 2000).

Durante o mês de março, foi aplicado o pré-teste, com o objetivo de analisar se as variáveis eram adequadas, a fim de evidenciar possíveis falhas existentes. E, durante os meses de abril e maio de 2006, foi realizada a aplicação das entrevistas, sendo posteriormente elaboradas as transcrições das informações para responder à pergunta da pesquisa e aos objetivos deste trabalho.

Os entrevistados do grupo A foram 5 (cinco) representantes de organizações governamentais no âmbito Federal, Estadual e Municipal, que exercem o papel de verificar e fiscalizar o regimento das leis instituídas para Região de Aldeia, e 1 (um) representante de organização não governamental:

- IBAMA – Federal;
- CPRH – Estadual;
- Secretaria de Planejamento – Municipal;
- Secretaria de Turismo – Municipal;
- CIPOMA (Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente) – Suporte aos Órgãos Federal e Estadual;
- Fórum Sócio Ambiental de Aldeia.

Os entrevistados do grupo B foram 2 (duas) comunidades localizadas nas zonas especiais de Vera Cruz e Borralho, sendo entrevistados 20 (vinte) moradores das seguintes comunidades:

- Comunidade localizada em Vera Cruz;
- Comunidade localizada em Borralho.

Do grupo C, foi entrevistado 1 (um) representante de cada modalidade ecoturística desenvolvida na Região de Aldeia, com o intuito de identificar os impactos positivos e negativos provocados por estas modalidades nas zonas especiais, para propor o turismo sustentável e ecologicamente correto. Foram incluídas, portanto, as seguintes modalidades:

- *Bicicross*;
- *Mountainbike*;
- *Cavalgada*;
- *Motocross*;
- *Off Road*.

Foram também adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento de fontes primárias e secundárias, junto à Prefeitura de Camaragibe, organizações governamentais e não governamentais; pesquisas bibliográficas e em arquivos de órgãos turísticos, técnicos e científicos;
- Pesquisa de campo para avaliar os aspectos percebidos durante as entrevistas com as pessoas que praticam as atividades ecoturísticas, comunidade local e órgãos envolvidos direta e indiretamente;
- Seleção de material e informações recolhidas para identificar os impactos provocados pelas atividades ecoturísticas;
- Tomada de acervos para compor a documentação fotográfica.

Após a aplicação das entrevistas, procedeu-se a seleção do material coletado, eliminando-se respostas e declarações que não atendiam aos objetivos da pesquisa.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

GRUPO A – Organizações Governamentais: Secretaria de Planejamento, Secretaria de Turismo, CIPOMA, IBAMA, CPRH, e Organização não Governamental: Fórum Sócio Ambiental de Aldeia.

Após coleta das informações com as respostas dos questionários tipo “A”, foi detectado que os agentes governamentais que atuam na Região de Aldeia são: a Secretaria de Planejamento Municipal, a Secretaria de Turismo Municipal, a Companhia independente de Policiamento do Meio Ambiente - CIPOMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, e a Organização não Governamental Fórum Sócio Ambiental de Aldeia. Os principais instrumentos legais aplicados são: a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; Lei de Proteção dos Mananciais; Lei de Crimes Ambientais e a Lei de Proteção Florestais. E quem fiscaliza o cumprimento destas leis são os órgãos federais, através do IBAMA, os órgãos estaduais, representados pela CPRH, e o órgão municipal, através da Prefeitura do Município.

Diante do acima explanado, constata-se a importância da participação em conjunto desses órgãos, através de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, juntamente com o Ministério Público Federal e Estadual, e entidades ambientalistas representadas pelo Fórum Sócio Ambiental de Aldeia.

Na pesquisa, constatou-se também que, do total de 5 (cinco) órgãos governamentais e 1 (um) órgão não governamental entrevistados, 2 (dois) representantes dos órgãos governamentais (CPRH e Secretaria de Planejamento) discordam de que todas as atividades ecoturísticas desenvolvidas na região tragam algum benefício, seja ele sócio-econômico, cultural, ou ambiental. Já os representantes dos órgãos governamentais do IBAMA, juntamente com o representante do órgão não governamental (Fórum Sócio Ambiental de Aldeia), concordam que benefícios são trazidos através da disseminação das questões ambientais, interação social, combate à violência e ao uso de drogas.

No decorrer das entrevistas, observou-se que representantes dos órgãos – IBAMA, CPRH e a Prefeitura do Município – desconheciam algumas das atividades realizadas nas Zonas Especiais da Região de Aldeia.

Com relação aos malefícios, de acordo com 4 (quatro) entrevistados dos órgãos governamentais (CPRH, CIPOMA, Secretaria de Turismo e Secretaria de Planejamento) e o Fórum Sócio Ambiental de Aldeia: as atividades ocasionam malefícios, como degradação ambiental; impacto sobre as estradas pela compactação do solo; abertura de trilhas em áreas de preservação; coleta indevida de espécies da fauna e da flora; lixo deixado nos locais de eventos; uso excessivo dos recursos hídricos, sem o devido cuidado com a mata ciliar.

O representante da secretaria de planejamento afirma que o malefício principal é a informalidade das atividades praticadas, sem registro na Prefeitura Municipal de Camaragibe, sendo classificadas como associações esportivas clandestinas, conseqüentemente impedindo o controle mais adequado das atividades e sem gerar receita para o município.

Não obstante, cabe ressaltar o depoimento de um funcionário do IBAMA, que declarou que estas atividades “*não causam nenhum malefício*”.

Verifica-se que inexistente uma preocupação, por vontade própria, das organizações de direcionar ações e palestras para a comunidade local e para os que praticam as atividades ecoturísticas,

Comprova-se o objetivo de estudar estas atividades, buscando contribuir para o seu crescimento ordenado e construtivo. Estar-se-ia incentivando os órgãos à inclusão de novos projetos a serem realizados na região, inicialmente com ações e palestras sobre Educação Ambiental, direcionadas para as comunidades locais e para os que praticam as atividades ecoturísticas, que necessitam saber a importância da preservação ambiental das zonas especiais localizadas na região.

Porém, estas ações ou palestras precisam ser solicitadas ao IBAMA, CPRH e ao Fórum Sócio Ambiental de Aldeia. Em contrapartida, representantes da Secretaria de Turismo, da Secretaria de Planejamento e do CIPOMA, afirmaram a existência de programas de educação ambiental direcionados para as escolas municipais, tratando-se das questões ambientais atreladas ao conceito de cidadania. Existe um projeto em tramitação sobre a sensibilização ambiental através da co-responsabilidade social, com previsão de implantação do 2º Semestre de 2006 em Vera Cruz, que possui uma zona de interesse social.

Segundo os entrevistados, para ocorrer o desenvolvimento sustentável das atividades ecoturísticas na Região, é necessário, primeiramente, o cumprimento do Código Ambiental Federal, Estadual e Municipal; para, em seguida, haver um planejamento através do fortalecimento das parcerias público x privado, no intuito de

investir na infra-estrutura de serviços e produtos de suporte ao turismo, juntamente com a regularização das atividades ecoturísticas realizadas na região.

GRUPO B – Comunidades Locais de Vera Cruz e Borralhos.

O tempo de residência dos entrevistados na comunidade localizada em Vera Cruz enquadra-se entre 10 (dez) e 35 (trinta e cinco) anos, e dos que residem na comunidade localizada em Borralho, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos. Estes têm como sua ocupação predominante a agricultura orgânica.

Os entrevistados têm uma idéia do que seja turismo, como: *“acho que as pessoas que vêm conhecer os lugares e admirar a natureza”*. Eles afirmam que não sabem como o turismo poderia ajudá-los.

De uma forma geral, os entrevistados concordam que só o fato de irem visitantes para conhecer o local já é considerado um divertimento, quando dizem que *“se distraem vendo o pessoal passar”*. Porém, um entrevistado da comunidade de Vera Cruz relata: *“era melhor que tivesse um canto apropriado para elas, tem uma cachoeira e eles deixam a maior sujeira quando vão lá”*. Complementando, eis a opinião de outro morador: *“eles passam e não se importam com o pessoal que vive aqui”*.

Eles acham que as modalidades ecoturísticas prejudicam o meio ambiente da seguinte forma: *“escavacando as estradas, cada vez que passa escavaca mais, eles polui por todos os cantos por causa do combustível, dos barulhos e das sujeiras que eles deixam”*. Os entrevistados, de forma unânime, gostariam que eles *“deixassem alguma coisa”*, como relatado: *“se eles deixassem, a gente recebia o que viesse a gente aceita, comida, brinquedo, qualquer coisa”*. No desabafo de outro entrevistado ele relata: *“tem muita gente sofrendo por aqui, trazendo alimento seria bom”*. Isso implica uma noção de estarem sendo explorados, sem, contudo, receber algo em troca, como forma de pagamento.

Diante do exposto, infere-se ainda a informalidade e o amadorismo com que são praticadas as atividades esportivas na região da pesquisa. Constata-se, com isso, o grau de carência das comunidades receptoras e o alto índice de exclusão social que poderiam ser minimizados por uma prática ecoturística planejada e responsável.

GRUPO C – Atividades Ecoturísticas: Bicicross, Mountainbike, Cavalgada, Motocross e Off Road.

As atividades ecoturísticas na modalidade de esportes de aventura estudadas são praticadas na Mata de Borralho, uma ZEPE, e em Vera Cruz, uma ZEIS, e têm caráter competitivo e aventureiro.

Os entrevistados desse grupo afirmam que nunca precisaram pedir autorização a nenhum órgão, e que para seguir uma trilha, de acordo com o entrevistado do *off road*: *“primeiro um grupo vai na frente e faz o mapeamento do lugar, para isso utilizamos alguns equipamentos como, pá, enxada, machado, facas para tirar os obstáculos do caminho, e tem também o GPS, um aparelho para medir a quilometragem via satélite, bússola e rádio amador”*.

Das 5 (cinco) modalidades esportivas, 2 (duas) que praticam *off road* e *motocross* utilizam carros e motos movidos a diesel e gasolina, e 3 (três) praticam *bicicross*, *mountainbike* e cavalgada, utilizando bicicletas e cavalos.

Apenas 3 (três) modalidades exigem um treinamento profissional para os que praticam esta atividade por competição: o *mountainbike*, o *bicicross* e a cavalgada. De acordo com um entrevistado do *motocross*, *“o pessoal que quiser entrar em qualquer um dos grupos, basta ter alguém conhecido, ter os materiais necessários para se divertir”*.

Entrevistados do *motocross* e *off road* demonstraram, na entrevista, alguma responsabilidade, ao afirmarem levar brinquedos e cestas básicas para as comunidades no dia das crianças, sendo determinada como uma ação social. Os outros entrevistados relatam que quando vêem algum desmatamento avisam para o IBAMA, e também que nunca participaram de palestras sobre educação ambiental. Porém, eles afirmam que só passam por trilhas existentes, fazendo o possível para não degradar o meio ambiente.

Sobre os benefícios ocasionados pelas modalidades ecoturistas, 2 (duas) consideram trazer benefícios para a localidade. São elas o *bicicross* que, segundo o entrevistado: *“tira os adolescentes da rua, evitando o contato deles com a marginalização e o uso de drogas”*; e o entrevistado da cavalgada, que relata: *“pagamos para o pessoal da comunidade cuidar dos nossos cavalos, possibilitando um emprego ou renda alternativa”*. As outras 3 (três) modalidades declararam que não trazem nenhum benefício para a área, e que o único contato com a comunidade local é: *“a gente passa cumprimenta, acena para as crianças e só”*.

Diante da análise da coleta de dados das entrevistas com as organizações governamentais, as organizações não governamentais, as comunidades locais e os representantes das modalidades ecoturísticas, é possível tecer algumas vias para solucionar problemas oriundos do ecoturismo mal planejado. Através da análise técnica da equipe deste projeto, com intuito de identificar o que é necessário para que estas modalidades se desenvolvam de forma sustentável e ecologicamente correta, podem-se colocar as seguintes alternativas:

- Faz-se necessário um planejamento integrado dos órgãos federais, estaduais e municipais;
- Criar-se mecanismos para o cumprimento e fiscalização do código ambiental federal, estadual e municipal;
- Discernir as possíveis ações das organizações governamentais e não governamentais, no processo de apoio à exploração do meio ambiente no município;
- Realização de parcerias entre o público x privado;
- Implantação de posto fixo do CIPOMA, nas zonas especiais com maior incidência de degradação;
- Incentivar a educação ambiental;
- Dinamizar a economia das comunidades das zonas especiais, integrando a proposta de desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver o turismo seguindo os parâmetros da sustentabilidade em todas as suas interfaces;
- Disseminar novos conhecimentos e idéias, através da educação ambiental e seus procedimentos;
- Regimento, controle e fiscalização das atividades ecoturísticas, principalmente por parte do órgão municipal, para que elas sejam desenvolvidas nas áreas propícias;
- Preservar e melhorar os recursos econômicos, sociais e ambientais das comunidades locais, procurando constituir um fator de desenvolvimento sustentável local, contribuindo para manter o meio ambiente "vivo" – demográfico, cultural e ambientalmente –, com perspectivas de futuro para os seus jovens;
- Gerar novas oportunidades de emprego, de renda e de lazer;
- Difundir os espaços e possibilidades para os que praticam as atividades ecoturísticas;
- Alertar a sociedade e os governantes, quanto ao compromisso para com as sociedades menos favorecidas.

CONCLUSÕES

As atividades ecoturísticas desenvolvidas, na Região de Aldeia, necessitam de um programa estratégico que identifique, mobilizem e arregimentem os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças políticas e empresariais da região, para evitar problemas ambientais dos mais diversos.

A almejada inclusão social, a ser promovida pela atividade turística, exige o pleno envolvimento da comunidade na construção de todas as etapas do planejamento turístico da região. Sensibilização, motivação, capacitação para que ela própria, a comunidade local, tivesse o apoderamento do processo, através de uma gestão participativa.

É necessária, uma intervenção institucional severa, para não comprometer a sustentabilidade de uma área que apresenta inúmeros atributos em potencial para um turismo inclusivo.

A interdição temporária da área que vem sendo explorada pelos esportes de aventura é urgente, a fim de se ordenar, regulamentar, sinalizar, estabelecer a capacidade de carga, e selecionar áreas propícias a tais práticas de esportes. Do contrário, ficará comprometida, de forma definitiva a sua sustentabilidade ambiental, que apresenta inúmeros atributos em potencial para um turismo inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, J. De Vicente. **Turismo, fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. **O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/043/43ccc campos.htm> - Acesso em 21 jun. 2006.
- DENKER, Ada de Freitas Maulti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- FENNELL, David A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002.
- INVENTÁRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, 2001.
- IRVING, Marta; AZEVEDO, Júlia. **Turismo o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Futura: 2002.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 1995.
- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados**. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, Fernando Vicente de. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas. São Paulo: Papirus, 2003.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- RAMOS, José Muniz. **Normas e usos do solo, uso dos serviços e preservação Ecológica**. Disponível em: <www.cprh.gov/downloads/dec8447.doc> - Acesso em 10 mar. 2006.
- RONILK, Raquel. **Zona Especial de Interesse Social**. Disponível em: <www.federativo.bndes.gov.br/dicas/F22%20-%ZEIS.HTM> - Acesso em: 10 mar. 2006.
- RODRIGUES, Adyr Balasteri (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, 2002.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**. Vol 5, São Paulo: Aleph 2000.
- URRY, Jonh. **O Olhar do Turista**. São Paulo: Sesc, 2001.
- WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo, 2001.